

APARADA
Com maioria e 1 abstenção



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº 3/2010

Realizada em 28 de Junho de 2010

ACTA N.º 3/2010

1
Luis Ventura
Gavinhas

Aos vinte e oito dias do mês de Junho de dois mil e dez, pelas dezassete horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Luís Ventura Gavinhas e secretariada pela Sra. D. Maria do Carmo Nogueira e Senhor António Albino Carvalho.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: Vítor Ângelo Martins, que justificou a sua ausência, assim como os membros José Manuel Anacleto, José Manuel Neves Costa, João Manuel da Cruz Taborda que foram substituídos respectivamente por Patrícia Marques, João Couto Gonçalves e António Carlos Ascensão. Faltaram ainda os membros Maria Alice Cardoso, Nuno Lopes, Vítor Hugo Costa, Eduardo Martins e Carlos Jerónimo que não apresentaram justificação. Os Presidentes de Junta de Salgueiro e Souto da Casa foram substituídos pelos seus representantes legais.

Estiveram presentes todos os membros do Executivo.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Isenção de IMI da Associação Desportiva e Cultural de Aldeia de Joanes”.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa em Exercício – Cumprimentou os presentes e desejou que esta sessão decorresse bem. Deixou um voto de rápidas melhoras ao Sr. Presidente da Junta de Souto da Casa, Sr. Nuno Bichinho, recentemente acometido de grave doença. Colocou a discussão a acta nº 2/2010 que foi alvo das seguintes considerações:

Nuno Miguel Henriques – Disse que na página 13 da acta, relativa à sua intervenção, onde se lê “Conselho de Cultura” deve ler-se “Conselho Municipal de Cultura”

Colocada a votação foi a mesma aprovada por maioria com 1 abstenção da Membro Rosa Moreira, por não ter estado presente na referida sessão.

O Senhor Presidente da Mesa informou ainda que haviam dado entrada na Mesa 3 Moções que seriam votadas no final do PAOD e que leu de seguida. Documentos nº 1 (Moção contra o encerramento de Escolas), nº 2 (Moção sobre as Extensões de Saúde) e nº 3 (Moção contra as Portagens na A 23) que se anexam à presente acta. Solicitou também ao Sr. António Albino Carvalho que ocupasse o lugar de 2º secretário, face à ausência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que justificou.



Eduardo Saraiva – Em nome da bancada do PSD, associou-se aos votos de rápidas melhoras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Casa, Sr. Nuno Bichinho. Deu conhecimento que as 3 Moções lidas pelo senhor Presidente da Mesa foram apresentadas pela sua bancada e resultam das preocupações de muitos munícipes. Estes assuntos devem merecer da parte da Assembleia Municipal uma análise calma e serena. O PSD tem consciência do que as escolas representam nas nossas freguesias, independentemente de uma ou outra poder encerrar. Essas decisões governamentais devem ser tomadas em estreita colaboração com os Executivos Municipais e Juntas de Freguesia. Sobre as extensões de Saúde, disse que temos uma população essencialmente idosa que necessita de muitos cuidados de saúde e o encerramento de algumas extensões vai criar mais dificuldades a quem deles mais necessita. Sobre as portagens na A23, a questão maior tem a ver com os índices de desenvolvimento da nossa região relativamente a outras. Lamentou também o encerramento da empresa PROUD-MOMENTS, com mais 120 pessoas para o desemprego. O Poder Central insiste em esquecer-nos, mas as gentes da Beira têm uma alma muito forte e vão saber resistir às dificuldades que lhe criam. A Assembleia Municipal, como representante dos seus eleitores, tem obrigação de reagir a estas situações e manifestar as suas preocupações.

Rogério Palmeiro – Endereçou ao seu grande amigo Nuno Bichinho votos de rápidas melhoras e que regresse rapidamente ao nosso convívio. Sobre o encerramento de escolas e extensões de saúde leu um documento que se junta à presente acta constituindo o **Anexo 4**.

Aires Patrício – Desejou votos de boa saúde ao Membro da Assembleia e Presidente de Junta, Sr. Nuno Bichinho. Disse que no Fundão se está a passar aquilo que se passou em Alpedrinha há alguns anos, onde se perdeu o hospital, o cartório notarial, a maternidade, as termas e os transportes (Expresso). Tudo desapareceu e está a desaparecer e era bom que todos se preocupem com isso. Leu um documento que se junta à presente acta - **Anexo 5** - onde presta uma homenagem ao médico Dr. António Lourenço Marques.

Luís Lourenço – Começou por afirmar que estas sessões realizadas em dia de trabalho levantam problemas a quem trabalha, pelo que a sua camarada Catarina Gavinhos ainda não tinha conseguido chegar a esta sessão. Pediu a compreensão da Assembleia Municipal para que mais tarde fosse feita uma intervenção relacionada com o falecimento do Nobel José Saramago. Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente acta constituindo o **Anexo 6**. Finalmente informou que ia entregar na Mesa uma outra Moção também relacionada com as Portagens na A 23.

Rosa Moreira – Disse que a reestruturação dos cuidados de saúde primários visa garantir cuidados de proximidades ao cidadão, através das diversas unidades de prestação de cuidados. Este modelo de gestão assenta no paradigma da mudança de organização dos cuidados de saúde primários e altera a organização, aproximando os prestadores de cuidados das populações, visando uma maior afectividade nos cuidados em função da pessoa, do grupo ou da família. O PS com esta reconfiguração de cuidados de saúde primários visa acautelar e assegurar cuidados às pessoas, envolvendo todos os profissionais das equipas, cada um na sua esfera de responsabilidade e competências. Os cuidados de saúde primários devem cumprir a sua missão na vertente preventiva e na promoção da saúde com uma maior proximidade aos cidadãos. Conhecer as necessidades em cuidados de saúde, de forma precisa, mobilizar os recursos necessários prestação desses mesmos cuidados e prestá-los numa vertente de



maior proximidade ao cidadão, são certamente aspectos muito positivos que não devemos ignorar. Com a reforma que o PS tem vindo a fazer nesta área, assente nas determinações da Organização Mundial de Saúde, vai conseguir-se alterar de forma segura a actual situação. Sobre os médicos disse que já há muitos anos é conhecida a situação da medicina familiar em Portugal, existindo muitos clínicos da mesma geração, que agora estão em idade de solicitar a reforma. Embora esta situação fosse conhecida, não foram implementadas medidas que a acautelassem. Ultimamente o PS desenvolveu acções para resolver a situação, criando novas faculdades de medicina e abrindo mais vagas. O PS avançou sabendo que este quadro relativo aos médicos viria a acontecer, preocupando-se em solucionar o problema. Esta marca de qualidade no investimento em formação é do PS. Neste contexto não é possível contornar a realidade, que revela um número significativo de médicos que solicitaram a aposentação, mas é possível a prestação de cuidados de saúde de proximidade, alterando o paradigma e centrando a assistência ao cidadão no próprio cidadão. A reforma desejada pelo PS assim o preconiza, para tal é necessário identificar as áreas problemáticas de desperdício, com a identificação dos objectivos e metas para a sua redução. Esta é uma oportunidade que não deve ser desperdiçada, numa altura em que todos sabemos que os custos em saúde são cada vez maiores. Só com vontade de todos esta tarefa será bem sucedida.

Luís Martins – Associou-se também ao voto de rápidas melhores do membro Nuno Bichinho desejando que rapidamente volte ao convívio de todos. Sobre o encerramento de escolas disse que também deviam ser identificadas e corrigidas as áreas de desperdício. A sua freguesia não é insensível ao problema já que a escola, após um grande investimento, também pode vir a encerrar. Considera triste e vergonhoso o que se está a fazer porque se perde o conceito de família, o convívio entre crianças, pais, mães, avós e outros familiares. Quando fechar a escola, a sua aldeia não será mais que uma quinta. Informou que mais uma vez a festa da cereja foi um sucesso e que foi dada mais uma lição de bem receber, pelo que todos os intervenientes estão de parabéns.

- **Abel Rodrigues** – Afirmou que aconteça o que acontecer, o Interior não vai mudar para o Litoral e que havemos de ficar por cá, se Deus quiser, por muitos anos. Temos muitos custos por aqui viver mas também temos muitos benefícios. Questionou o Sr. Presidente da Junta da Capinha, que havia afirmado nos órgãos de comunicação social que a sua escola não encerraria, sobre se a mesma afirmação fosse proferida pelos Presidentes de Junta de Peroviseu ou dos Três Povos, que até têm mais alunos, como seria resolvido o problema. Alguém deixaria de ser Presidente de Junta? Não percebe a questão que se está a levantar relativamente às escolas já que o Secretário de Estado da Educação afirmou, em reunião realizada no Distrito com todos os intervenientes, que não encerraria qualquer escola e que os possíveis encerramentos ocorreriam sempre com a concordância do Senhor Presidente da Câmara e Juntas de Freguesia. Como o Senhor Presidente da Câmara já afirmou que no concelho não fecharia qualquer escola, não percebe qual a questão que estão a pretender levantar.

Nuno Miguel Henriques – Questionou a intervenção da Membro Rosa Moreira, dizendo que nenhum professor ou profissional de saúde gostava de ouvir alguém dizer que a marca de qualidade naquelas áreas pertence ao PS, parecendo que tudo foi bem feito, o que não corresponde à verdade. Não se podem esquecer as manifestações contra o Ministro Correia de Campos, nem as medidas positivas que o PSD estava a implementar na área da saúde, nomeadamente as Medidas XXI. Nada está às mil maravilhas já que em todas as áreas podemos encontrar algumas lacunas e muitas



falhas. Sobre as portagens disse que alguns dos que por aqui passam devem pagá-las, exceptuando os residentes e as empresas, o que vai permitir combater as assimetrias. Estas SCUT'S não têm viabilidade económica e devem ter 3 taxas: a taxa reduzida, a taxa intermédia e uma taxa mais elevada para as alturas de maior intensidade de tráfego. Devia haver também um amplo debate, alargado aos municípios, para debater o problema dos encerramentos de algumas infra-estruturas em algumas freguesias.

Pedro Salvado – Afirmou que, com a aprovação da Moção sobre as portagens nas SCUT, se veria a incoerência do PSD em relação às suas tomadas de posição no ano de 2004. Hoje defendem a Moção contra as portagens, mas quando o Governo PSD as quis implementar, a sua posição era oposta. Na altura o PS do Fundão mostrou a mesma opinião que tem hoje, frontalmente contra as portagens naquela via, mas o PSD já então dizia que não se estava a ter em conta o interesse nacional. O PS bate agora palmas ao PSD local porque está contra a opinião do PSD nacional. Se Sócrates disse “Mata”, Passos Coelho disse “Esfola”. O PS só queria portagens em algumas SCUT'S, nomeadamente no Litoral, mais desenvolvido e mais rico. Por norma quem usa as auto-estradas em zonas perto de Lisboa e das grandes cidades, não faz mais de 20 ou 30 km. Quem tiver de usar a A23 ou A25 tem de fazer 60, 70 ou 80 km. O princípio da universalidade defendido pelo PSD nacional é desigual, porque não se pode tratar de forma igual o que é desigual. Esta sim é uma medida clara que vai provocar desertificação, porque quem trabalha na Covilhã ou Castelo Branco vai questionar-se se valerá a pena continuar a viver no Fundão. Quanto às outras Moções considerou-as *não-temas*, pois o Sr. Presidente da Câmara já informou que não vai encerrar qualquer escola no nosso concelho, pelo que não vale a pena discutir o que não existe. O mesmo acontece com as extensões de saúde, uma vez que até à data não saiu em lado nenhum nada sobre o assunto. Trata-se de *fait-divers* para desviar a atenção de outras coisas. Não se ouve o PSD falar da dívida da Câmara Municipal, ou dos atrasos nos pagamentos de subsídios às Associações, algumas com compromissos bancários avalizados pela própria Câmara, com os problemas que daí advêm. Estamos na Assembleia Municipal, eleitos pelos cidadãos do concelho do Fundão e não na Assembleia da República, nem ninguém da bancada do PS é Ministro, Secretário de Estado ou Deputado da Nação. “Deixemo-nos de conversas chochas e falemos do que realmente interessa”, concluiu.

Carlos São Martinho – Achando que era hora de ter algumas “conversas chochas”, recordou que em 1995 com a eleição do Eng.º Guterres como Primeiro-ministro e de João Cravinho como Ministro das Obras Públicas, este disse da primeira vez que se deslocou à região que “ainda há poucos anos andavam de carroça e agora querem auto-estradas”. Na altura devia ter-se continuado as obras do então IP6, troço a troço, ao ritmo em que estava e muito próximo do ano de 2004 estaria concluído, mas quiseram executar as obras rapidamente sem recursos económicos para lhes fazer face. O novo conceito de SCUT era insustentável e o PSD sabia bem a factura que mais tarde viríamos a pagar. Hoje temos sob a nossa cabeça este ónus. O PSD sempre defendeu o princípio da universalidade no pagamento, com as excepções para as regiões mais desfavorecidas. Alguma comunicação social não referiu isso, o conceito é igual ao de hoje com isenções para os residentes e pagamento para quem passa ocasionalmente. O PS embrulhou isto tudo e criou o conceito SCUT, levando o País á desgraça em que se encontra e “quem comeu a carne, que coma agora os ossos”. O PSD sempre foi coerente com o que defendeu no ano 2004, portagens sim mas com isenções para os residentes na região. Sobre a Moção, deu conhecimento que a mesma não era exclusiva do PSD e



podia ser subscrita por qualquer das bancadas. Quanto aos denominados *não-temas* informou que o Senhor Secretário de Estado da Educação afirmou na Assembleia da República o contrário do que disse no Distrito, eventualmente será por uma questão técnica que não se encerram escolas já este ano. Quando confrontado diz uma coisa, mas na Assembleia da República, diz outra, pelo que tais afirmações não merecem confiança. Sobre as dívidas da Câmara Municipal, pediu que deixassem a Câmara trabalhar, porque até há situações completamente opostas ao que foi afirmado.

Marco Marques — A palavra deste Governo é encerrar, mesmo que não conheçam as situações. Das escolas sempre ouviu dizer que escolas com menos de 21 alunos iam encerrar, mas contendo ainda exigências de polidesportivo, salas de ciência viva e outros equipamentos. Nunca houve a preocupação de verificar se as escolas de acolhimento estavam devidamente apetrechadas. Aproveitou esta oportunidade para perguntar à Câmara se tinha a garantia do Ministério que nenhuma escola iria encerrar. Deu também conhecimento que tem informação por parte do Presidente dos Centros de Saúde da Cova da Beira que a extensão de saúde das Zebras era para encerrar, sem perguntar a ninguém se iria haver transporte para outro sítio qualquer. Sobre as escolas disse também que a única despesa que o Estado tem é o pagamento ao professor, já que tudo o resto é pago pela Câmara Municipal e Junta de Freguesia. As reorganizações podem ser saudáveis se forem bem feitas, mas se continuarem por este caminho, vamos ser obrigados a usar a A23 para irmos viver para junto do Litoral. Voltando às extensões de saúde, deu também conhecimento que à excepção do médico tudo é pago pela Junta de Freguesia. Por outro lado o Governo criou todo o tipo de medidas contra os funcionários públicos, levando-os, nomeadamente os médicos, a não querer trabalhar em regiões como a nossa. Se os médicos estão a pedir as reformas do Estado é para trabalhar no privado, onde têm garantias de funcionamento. Perguntou ao PS do Fundão se lhe podem garantir que a escola da Orca vai funcionar em pleno no ano 2010/2011.

Luís Castanheira — Cumprimentou todos os presentes. Relativamente à A23 disse que notou muito bem as dificuldades de alguns membros do PSD nesta Assembleia em querer justificar o injustificável. Reafirmou que quando somos eleitos representamos em primeiro lugar a população que nos elegeu e que em nós confiou, só depois aparecem os partidos. Sobre a auto-estrada A23 disse que “se estava borrifando” se aquela via era sustentável ou não porque desde que paga impostos, os mesmos são aplicados em obras no Litoral. Deram-nos uma vez na vida um rebuçado e agora até esse querem tirar. Já ajudou a pagar muitas auto-estradas noutras regiões, Centros Culturais de Belém, pontes no Porto e no Algarve. Na sua terra nada fica e ainda querem tirar o pouco que temos?

Luís Lourenço — Leu um texto que se junta à presente acta constituindo o **Anexo 7**, prestando homenagem a José Saramago.

Jean Barroca — Considerou que os chamados não-temas representam pontos de extrema importância e tocam no dia-a-dia das pessoas do nosso concelho. Falar em educação e encerramento das escolas com a levandade demonstrada, ou esquecermos as contradições graves do actual Governo, são posturas completamente antidemocráticas e desconsideradoras do nosso País e das estruturas locais. O que aqui se afirmou é não querer ver a realidade e não admitir o que se passa. É completamente deslocado o modo como se falou aqui e as pessoas que sentem na pele as dificuldades que este Governo lhes cria, não podem deixar que isto passe impune. Os membros da AM têm o dever de denunciar que o PS local apoiou a política de encerramentos deste Governo.

Rogério Palmeiro – Respondeu a Abel Rodrigues que a ele próprio cumpre defender os interesses dos seus eleitores, as pessoas da Capinha e não lhe interessam as outras freguesias. Não lhe reconhece valor ou mérito para pôr em causa o desempenho e protagonismo com que tem lutado para não perder a escola na sua freguesia.

Aires Patrício – Pediu a todos os presentes um esforço para se preocuparem com o Fundão e deixar as polémicas e dicotomias de lado.

Abel Rodrigues – Disse ao Presidente de Junta da Capinha que simplesmente lhe perguntou se a questão fosse levantada da mesma forma em relação a Peroviseu e Três Povos, como se resolveria o problema. Não está favor do encerramento da escola da Capinha ou outra freguesia qualquer, simplesmente levantou a questão. Está na Assembleia Municipal eleito pelo povo e quem concedeu essa autorização para ali estar e poder falar são as pessoas do Fundão e não o Senhor Presidente da Junta da Capinha.

O Senhor Presidente da Mesa leu a Moção apresentada pelo grupo CDU, relativa à cobrança de portagens na A23, **documento nº 8** que se anexa à presente acta. De seguida colocou a votação todas as Moções apresentadas:

Moção Contra a Cobrança de Portagens na A23, apresentada pelo grupo do PSD – Aprovada por maioria com 46 votos a favor e 2 abstenções.

Moção contra o encerramento de Escolas, apresentada pelo grupo do PSD – Aprovada por maioria com 42 votos a favor e 6 abstenções.

O Membro Nuno Baltazar Mendes apresentou a seguinte declaração de voto: “O PS absteve-se nesta votação, doutra forma seria reconhecer a possibilidade de encerramento das escolas. A posição é contra o encerramento e abstiveram-se porque tinham a garantia do Sr. Presidente da Câmara de que não seria aceite nenhum encerramento no concelho do Fundão. Este tema não tem sentido, por isso o PS absteve-se”.

Moção contra o encerramento de Extensões de Saúde, apresentada pelo grupo do PSD – Aprovada por maioria com 42 votos a favor e 7 abstenções.

O Membro Nuno Baltazar Mendes apresentou a seguinte declaração de voto: “O PS absteve-se porque entende que esta Moção tem como único objectivo manifestar oposição ao Governo, já que não foi anunciado qualquer encerramento, mas o PSD adianta-se a posições que ninguém conhece. Ao antecipar-se o problema estamos a memorizar e a reduzir a nossa própria influencia. O PS opõe-se a estas medidas mas não concorda com estas manobras do PSD”.

O Membro Jean Barroca apresentou a seguinte declaração voto: “voto a favor por uma questão de consciência e com noção da responsabilidade. Por perceber que é necessário entendermos os sinais do que se passa à nossa volta, antecipar se for o caso, mas acima de tudo defender os interesses do concelho do Fundão.

Moção contra a Cobrança de Portagens na A 23, apresentada pelo grupo da CDU – Aprovada por maioria com 48 votos a favor e 1 abstenção.



O Membro Nuno Miguel Henriques apresentou a seguinte declaração de voto: “Abstive-me por imperativo de consciência e coerência com o voto de há 6 anos e para que fique salvaguardado que nunca, em caso algum, defende a introdução de portagens para residentes ou empresas da região e que a receita devia ser entregue ao Município para combater desgastes ambientais e os causados pela passagem de veículos no nosso concelho”.

O Membro Nuno Baltazar Mendes apresentou a seguinte declaração de voto: “ O PS mantém e reafirma a sua total oposição á introdução de portagens na A23, sejam quais forem os fundamentos de ordem técnica, social, política ou financeira. Não é possível tratar de igual forma aquilo que é completamente diferente, tal como disse muitas vezes António Guterres. O PS do Fundão tudo fará para manifestar a sua oposição, mesmo que o PS e o PSD cheguem a qualquer acordo na Assembleia da Republica. Não admite que o Interior venha a ser condicionado em termos de futuro e a ser tratado como qualquer região metropolitana do Porto ou Lisboa. Esta é uma oposição para levar até às últimas consequências em defesa dos interesses do Interior e do Fundão”.

Vice-Presidente da Câmara – Começou por deixar uma palavra de solidariedade para com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Casa, Nuno Bichinho, com votos de rápidas melhoras e regresso rápido ao convívio de todos. Frisou que a Câmara tem a obrigação de ser a promotora de tudo o que é discutido na Assembleia Municipal, mas hoje, em questões tão importantes com as que aqui foram debatidas, a situação foi um pouco inversa, já que foi a própria Assembleia que tomou a iniciativa de debater estes assuntos. Pareceu-lhe que não existiu qualquer desvalorização por parte de qualquer bancada, relativamente aquelas matérias. É importante para a Câmara Municipal a auscultação da Assembleia Municipal enquanto órgão que representa o sentir genérico da população. Numa altura de decisões é bom ouvir o que diz a AM sobre aqueles temas. Enquanto representante do município foi bom sentir que existe unanimidade em relação aos três assuntos em discussão. O que está em causa nas Moções são os princípios que lhe estão afectos. Devemos questionarmo-nos se estamos ou não de acordo com o princípio de que Escolas com menos de 21 alunos devem fechar. Sem entrar na armadilha de colocar as pessoas umas contra as outras, recordou que a maior parte das escolas do concelho, fora da cidade, têm menos de 21 alunos e que até há pouco tempo o número limite era de 10 alunos. Devemos questionar-nos também se estamos ou não de acordo com o princípio de fechar extensões de saúde no nosso meio rural. Trata-se de uma situação complexa e é verdade que a Senhora Membro da AM Rosa Moreira apresentou um diagnostico completo em relação a este processo. Estranha-se no entanto que num denominado *não-tema*, a mesma tenha efectuado uma intervenção tão corajosa. Não concorda com a Senhora Membro relativamente ao princípio, já que quando se trata de desperdício e saúde, as questões são muito mais complexas e nunca se deve começar uma reforma pelo elo mais fraco. Relativamente às SCUT disse que gosta de tratar o que é igual como igual e o que é desigual de forma desigual. A SCUT é um sistema que foi adoptado para zonas mais desfavorecidas e mais pobres poderem ter aquilo que a sua produção de riqueza não consegue justificar. O problema é que aquele sistema foi transformado numa forma de resolver todos os problemas. Sempre que era necessário fazer uma estrada e não havia dinheiro, lá aparecia o sistema SCUT. A falência deste sistema está na génese de querermos transformar um sistema para discriminar positivamente alguns, numa forma de resolver o problema em todo o País. Respondendo a várias questões começou por afirmar não estar em condições de dizer que todas as questões relativas aos processos aqui



levantados estejam fechadas, nomeadamente que as escolas não vão encerrar, até porque existem ainda reuniões marcadas para concluir o processo. Perguntou ainda se algum membro da A.M. tinha essa garantia, já que essa informação poderia vir a tornar-se importante. Ao membro Aires Patrício disse que o Dr. Lourenço Marques merece a distinção e consideração de todos e que existe ainda um espaço muito grande para a sua homenagem. Sobre os médicos disse que não lhe parece normal que de repente 7 ou 8 médicos do Centro de Saúde do Fundão tenham pedido a reforma, na mesma altura, dentro da mesma onda de contestação. O ambiente na saúde não é o mais propício a grandes reformas e se os agentes dessa mesma reforma não forem os próprios profissionais, dificilmente as reformas pretendidas terão sucesso. Ao membro Luís Lourenço, considerou muito bonita a sua intervenção relativa ao Prémio Nobel José Saramago, lembrando que ao mesmo já lhe tinha sido atribuída a chave de ouro da cidade do Fundão, no ano 2000. Ao membro Luís Martins e à freguesia de Alcongosta deu-lhes os parabéns em nome da Câmara Municipal, porque soube receber muito bem e fazer da festa da cereja um enorme sucesso. Deu conhecimento que cerca de 200 grupos organizados, entre excursões e outros, passaram por Alcongosta, o que mostra muito bem a dimensão daquela grande festa de promoção do concelho. Ao membro Abel Rodrigues disse que viver no Interior tem os seus prós e contras e recordou que viver aqui representa ter 66% do que é o rendimento per capita nacional e um ordenado médio de 600 Euros. Cabe-nos a nós encontrar soluções para irmos mais longe e não ficarmos pendurados. Temos de lutar porque as nossas condições de base não são iguais à de outras regiões do País. Para além da questão da A23, o IP6 e o IC 31 também desapareceram do mapa e existe uma tendência para contrariar algumas das ambições da nossa região. Apelou a todos os membros da Assembleia Municipal, às forças políticas presentes que se agreguem relativamente a causas comuns. A situação é muito complexa, em termos do que é a nossa vida colectiva e o ambiente económico do nosso concelho. Só nos resta unir-mo-nos contra tudo e contra todos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município

Nuno Baltazar Mendes – Disse que no período da ordem do dia anterior não devia ter sido dada a palavra à Câmara Municipal após a votação das Moções, mas sim imediatamente após as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, até pela pertinência de alguns dos esclarecimentos prestados. Relativamente à informação escrita considerou que se trata de um relatório exaustivo das diversas actividades da Câmara Municipal em nove áreas de actividades diferentes. No entanto a introdução que o Senhor Presidente fazia questão de apresentar deixou de existir no documento. Neste momento de crise a Assembleia Municipal deve pensar e agir muito para lá das agendas dos partidos políticos que representam. Estamos num momento de crise profunda, numa fase em que se avalia o doente, ou seja se vai ficar pior do que está ou tem condições para melhorar significativamente. Trata-se de uma crise mundial muito significativa e não exclusiva do nosso País, reconhecida da China aos Estados Unidos. Será importantes questionarmo-nos se será possível continuar-se na Câmara Municipal do Fundão com este elevado nível de despesa. Gostava de ter visto reflectida essa situação nesta informação escrita, porque essas matérias vão ser decisivas no nosso futuro. Este

nível de despesas exigem medidas políticas que combatam o desperdício e exigem opções em termos sociais e económicos. Questiona se se justifica manterem-se em funcionamento as empresas municipais, com o seu elevado nível de endividamento e o nível de despesas que o município é obrigado a assumir. Na sua opinião não é possível. Por outro lado devíamos continuar a manter diferenciações positivas para a nossa região, pelo que era importante existir uma articulação da actividade da Câmara com os concelhos limítrofes. Não devem ser feitas acções isoladas, nem continuar-se a falar sozinho. Não podemos tomar opções erradas, tal como foi a dos transportes públicos urbanos do Fundão. O importante é reflectirmos sobre estas situações e corrigi-las e não fazermos de cada situação uma afronta, tendo de estar permanentemente mobilizados para o combate. A Câmara Municipal tem de criar os fóruns adequados para podermos potenciar o desenvolvimento que pretendemos. É neste ponto da ordem de trabalhos que se deve jogar muito do desenvolvimento que queremos potenciar em termos de futuro. Louvou o grande sucesso que foi a festa da cereja em Alcongosta, que engrandeceu enormemente o nome da região e do concelho. Manifestou votos de rápido restabelecimento ao Sr. Presidente da Junta do Souto da Casa, Sr. Nunó Bichinho.

Presidente da Mesa – Disse concordar que o Senhor Presidente da Câmara devia intervir no período imediato às intervenções de todos os membros no PAOD, mas por lapso seu, hoje não aconteceu. De seguida informou que no decorrer desta sessão tinha falecido a esposa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fatela, pelo que propôs 1 minuto de silêncio em sua memória, o que aconteceu de imediato.

Luís Lourenço – Em nome da CDU também deixou votos de rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Casa, Nuno Bichinho. Sobre as portagens na A23 é de opinião que se devia encontrar uma posição de consenso nesta Assembleia Municipal e que sobre os possíveis acordos entre o Governo e o PSD, cá estará a CDU para dar o seu contributo. Informou que estivera no concelho do Fundão uma Deputada da Assembleia da Republica, eleita pela CDU, para ser inteirada sobre algumas das questões faladas nesta Assembleia Municipal, nomeadamente o possível encerramento de escolas. Sobre a informação escrita mais uma vez chamou a atenção para a forma como é feita, com a agravante de nesta nem ter sido feito o enquadramento da listagem apresentada. Pode-se concordar ou discordar do conteúdo do enquadramento, mas neste documento nem isso pôde ser feito porque não existe. Informou também que existiram alterações de trânsito no Fundão, no entanto a comissão de trânsito continua sem reunir, pelo que o deve fazer rapidamente. Por outro lado, considerou que devíamos tomar uma posição de força conjunta relativamente ao hospital do Fundão, já que continua muito preocupado com o equipamento existente e o que poderemos vir a ter no futuro. Leu na comunicação social uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara que o deixou perplexo em que foram feitas desculpabilizações evocando o tempo do fascismo. O fascismo nunca providenciou professores, nem médicos, pelo que não devemos brincar com essas coisas. Se o Senhor Presidente da Câmara disse aquilo não o devia ter feito de forma alguma.

Abel Rodrigues – Disse que o documento em discussão “espremido não deita nada”, em primeiro lugar porque não acredita que tenha sido o Senhor Presidente da Câmara a elaborá-lo. É suposto que os funcionários da contabilidade, os administrativos ou os desenhistas façam o seu trabalho, pelo que não entende porque se enumeram aqui algumas situações. O documento devia simplesmente mencionar o que é importante do



trabalho efectuado pelo órgão. Perguntou o que levou a Câmara Municipal a suspender os transportes públicos na cidade. O Senhor Presidente informou que os mesmos eram suspensos porque tinham terminado as aulas, pelo que perguntava agora se os mesmos foram criados para a população ou para os transportes escolares. Perguntou também se foi ou não licenciado um muro que ocupou o espaço público, na Rua do Parque Desportivo. Estranha ter-se prolongado um alpendre, ocupando o espaço público.

Eduardo Saraiva- Congratulou-se com o êxito da festa da cereja em Alcongosta e com a festa do queijo na Soalheira, considerando que são estes eventos que ajudam a credibilizar a imagem do nosso concelho. Considerou também que foi muito importante e justa a homenagem da freguesia do Salgueiro à família Marques, porque uma terra sem memória é uma terra sem história. Disse que este modelo de informação escrita era muito melhor e que o Senhor Presidente, se os Srs Membros da AM fizerem questão, irá novamente colocar a introdução. Não sabe se o Membro Nuno Baltazar aproveitou este ponto da ordem de trabalhos para analisar o documento ou, com uma certa habilidade, fazer a defesa do seu Governo. Informou que a Lei que promoveu as empresas municipais foi efectuada pelo Governo do Eng. António Guterres, pelo que devia ser o actual Governo a acabar com as mesmas. Considerou que existem empresas com um papel importante, embora também verifique que uma ou outra só dê despesa. Quanto ao “apertar de cinto” na despesa proposto pelo Membro Nuno Baltazar Mendes, gostaria de ver por parte do Governo um sinal para mudar o paradigma, o que não está a ser feito.

Aires Patrício – Disse que “palavras leva-as o vento e nada acontece”. As intervenções na A.M. deviam ser mais incisivas em forma e conteúdo. Sobre as chamadas crises existem duas: “a lá de fora e a cá de dentro”. Misturar uma com a outra é uma forma de enganar as pessoas, no que não alinha. É tempo de nos preocuparmos com as consequências do pedido de antecipação de reformas por parte dos professores, médicos e outros sectores. Temos de pensar muito bem qual a estratégia a adoptar para o Interior. Os executivos devem ir ao encontro dos cidadãos, interagindo com estes. Este é o tempo do *agora ou nunca*. As empresas municipais são um mal nacional que deve rapidamente ser repensado. A AM deve ser actuante, criativa e exigente. Apelou à Câmara Municipal para que repensasse o preço da água, que considera muito cara no concelho do Fundão.

Marco Marques – Falou do trabalho muito positivo efectuado pela Sra. Vereadora da Educação no âmbito das comemorações do dia nacional da criança e em particular da iniciativa levada a cabo a sul do concelho, com o Teatro Clube de Alpedrinha, que levou o teatro a muitas crianças, o que denota a importância das parcerias entre o município e as associações. Congratulou-se também com o êxito das festas da cereja na freguesia de Alcongosta e festa do queijo na freguesia da Soalheira, onde ficou bem vinculada a qualidade dos nossos produtos. Finalmente realçou as comemorações do dia do concelho e a inauguração de mais uma creche (Cantinho do Mímo) na cidade e da Variante das Tílias que vai descongestionar muito do trânsito, nomeadamente de pesados, que circulava no núcleo mais antigo do Fundão.

Nuno Miguel Henriques – Disse que a página 13 do documento em discussão fala do pelouro da saúde e não do ambiente como devia, quando evoca a “campanha de adopção de cães no dia mundial do ambiente”. Trata-se de um lapso que deve ser corrigido. Disse que em termos regulamentares e protocolares deve ser decretado luto municipal quando se trate do falecimento de pessoas agraciadas com medalhas ou



chaves de ouro da cidade. Sobre educação sugeriu que questões ambientais, culturais ou de cidadania deviam constar nos programas curriculares, para que os nossos jovens pratiquem acções de cidadania. É de opinião que é preciso dignificar as comemorações das 4 cidades, já que as mesmas têm ficado aquém.

Presidente da Mesa – Informou que todo o material relativo a questões de trânsito já está disponível nos serviços da AM e que a comissão irá reunir o mais rápido possível.

Vice-Presidente da Câmara – As agendas políticas partidárias não devem ser o nosso maior motor. A política de educação tem hoje dois grandes vértices que são a alimentação e o transporte dos alunos. Este município gasta anualmente cerca de 1 milhão de euros e recebe da Administração Central 20% dessa verba. Os outros 80% dependem directamente do orçamento do município. Qualquer alteração que ocorra na distribuição dos alunos pelas escolas vai não só trazer um gasto superior ao Estado mas principalmente um gasto muito superior à administração local, porque em relação às refeições tem de se pagar a componente familiar a todos os alunos que não estão na sua escola de origem. Por outro lado mais quilómetros representam uma factura maior em transportes escolares. Falando de saúde disse que, se não houver médicos, de certeza sobrá para os municípios a factura para encontrar as soluções que minimizem as questões gravíssimas que possam vir a acontecer, já que a Administração Central não parece ter capacidade para as resolver. O Município do Fundão é em muitas áreas pivot de cooperação regional, o que nem sempre é possível. Considerou essencial o Plano POLLIS do Fundão e que a grande questão em relação aos instrumentos de mobilidade ainda está para vir, nomeadamente a mobilidade física, mas também através das ferramentas de multimédia, tecnológicas e dos agentes dos serviços. Considerou que o POLLIS e o Plano REFFER são também uma resposta para a crise e que o Fundão está um aquém em termos de desemprego dos 8% da média., embora o baixo rendimento também seja objecto de preocupação. Acabar com algumas empresas municipais não parece ser um bom formato, uma vez que será uma medida que vai criar mais desemprego. Não tem conhecimento da existência de um regulamento relativo à chave de ouro da cidade, embora tenha a noção que por sua ausência foi feito um regulamento com as formas como são agraciadas as pessoas e as instituições. Informou que a SCUT da A23 gasta ao erário público cerca de 123 milhões de euros anuais e que a capacidade de exportação das empresas da nossa região é de pouco mais de 100 milhões de euros.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Isenção de IMI da Associação Desportiva e Cultural de Aldeia de Joanes”.

Luís Lourenço – Sem ferir legalidades, disse que esta não devia ser uma deliberação avulsa, mas sim de âmbito concelhio. Aproveitou também a oportunidade para criticar a gestão dos pontos da ordem de trabalhos, já que tanto temos 10 assuntos para discutir numa sessão, como temos apenas 1, como nesta.

Nuno Miguel Henriques – Considera o associativismo a alavanca do desenvolvimento regional e uma peça fundamental para combater a desertificação. Fez um repto para que a Câmara elabore um regulamento que aborde todas as questões relacionadas com o protocolo. Sobre o assunto em discussão disse também que as isenções deviam ser contempladas num regulamento de controlo da actividade de todas as associações.

Vice-Presidente – Sobre as associações informou que existe um regulamento, aprovado por unanimidade por todas as associações que contempla todas as situações aqui levantadas. Por outro lado o regulamento relativo à taxa do IMI já existe, no entanto a Lei obriga a que as isenções passem pela Assembleia Municipal.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente em Exercício deu os parabéns à 1ª secretaria da Mesa, Dra. Maria do Carmo Nogueira que fazia anos e deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 21.00 horas. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário António Afonso Sousa Carvalho

2º Secretário Maria do Carmo Roxo Nogueira



VOTAÇÃO DAS MOÇÕES E DAS PROPOSTAS

Moção Contra a Cobrança de Portagens na A23, apresentada pelo grupo do PSD –
Aprovada por maioria com 46 votos a favor e 2 abstenções.

Moção contra o encerramento de Escolas, apresentada pelo grupo do PSD –
Aprovada por maioria com 42 votos a favor e 6 abstenções.

Moção contra o encerramento de Extensões de Saúde, apresentada pelo grupo do
PSD – Aprovada por maioria com 42 votos a favor e 7 abstenções.

Moção contra a Cobrança de Portagens na A 23, apresentada pelo grupo da CDU
– Aprovada por maioria com 48 votos a favor e 1 abstenção.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Isenção de IMI da Associação Desportiva e Cultural de Aldeia de Joanes”.
APROVADO POR UNANIMIDADE.

Assembleia Municipal do Fundão

Presente à A. Municipal
de 28/06/2010

Abstencos - 2 P's
Favor - 42
Absten - 6
112

MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DE ESCOLAS DO PRIMEIRO CICLO NO CONCELHO DO FUNDÃO

2nd...
...

ANEXO 1

Considerando

Que ao longo dos últimos oito anos, fruto das conversações entre todas as entidades que compõem o universo escolar e por força da diminuição muito significativa de crianças nalgumas das nossas aldeias, foram encerradas inúmeras escolas no nosso concelho.

[Handwritten signature]

Que do ponto de vista pedagógico e da componente da socialização do ensino seria o melhor para os alunos uma vez que existiam escolas com menos de 10 alunos.

O concelho do Fundão foi agora confrontado com a intenção do Governo encerrar todas as escolas, sempre que se verifique um número inferior ao de 21 crianças por escola.

O Município do Fundão teve conhecimento da decisão de encerrar escolas apenas a três meses do início do ano lectivo 2010/2011;

Que esta é uma medida economicista que visa, mais do que objectivos pedagógicos, reduzir os custos do Ministério da Educação no funcionamento das escolas.

Que face ao momento de grave crise económica e social que o país está a atravessar que os custos relacionados com a educação aumentem exponencialmente;

Que as razões evocadas de combate ao insucesso escolar e de melhoria das condições infraestruturais não correspondem, na maioria dos casos, à

[Handwritten signature]

Assembleia Municipal do Fundão

realidade, uma vez que as crianças terão que se levantar de noite para ir para a escola e chegar a casa de noite;

Os enormes custos que o município suportou para recuperar, modernizar e apetrechar as escolas do primeiro ciclo em actividade no concelho;

Que a adaptação das novas escolas de acolhimento, os novos auxiliares contratados, bem como a redefinição dos transportes escolares acarretariam enormes custos para o Município do Fundão;

Que o encerramento de escolas representa um sinal de abandono inequívoco e significará um agravamento da desertificação do Interior;

A Assembleia Municipal do Fundão vem opor-se e rejeitar a intenção do Governo, pela primeira vez, decidir o encerramento de escolas no concelho sem o consentimento do Município e da comunidade escolar local;

Mais determina dar conhecimento do teor desta moção às seguintes entidades:

Presidente da República

Primeiro-Ministro

Ministra da Educação

Presidente da Assembleia da República

Grupos Parlamentares na Assembleia da República

Governadora Civil do Distrito de Castelo Branco

Agrupamentos de Escolas do Concelho do Fundão

Fundão, 29 de Junho de 2010

Car. Sr. João A. Santos

Assembleia Municipal do Fundão

18/10/2016
Presente à A. Municipal
em 28/06/2016

Abstenções - 7
Favm - 51

ANEXO 2

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DAS EXTENSÕES DE SAÚDE DO FUNDÃO

Considerando:

que os postos de saúde do concelho constituem um factor de tranquilidade e segurança para as populações do concelho;

que o eventual encerramento das extensões de saúde traduzir-se-ia numa redução efectiva da igualdade de oportunidades no acesso da população do concelho do Fundão a um serviço público de saúde vital;

a distância que muitas das populações actualmente servidas pelos postos de saúde da sua freguesia teriam que percorrer para beneficiar de cuidados de saúde básicos;

que o encerramento destes serviços implicaria um agravamento evidente das condições de acesso a cuidados de saúde por grande parte do concelho;

que o serviço que as extensões de saúde prestam respondem às necessidades da população do concelho;

que o encerramento das extensões de saúde constitui um recuo na qualidade de vida do concelho;

que o Interior do País tem, ao longo das últimas décadas, sido fustigado com a gradual perda de serviços conduzindo a um agravamento do fosso entre as regiões do Interior e do Litoral;

[Handwritten signature]

Assembleia Municipal do Fundão



que não devem ser as populações do Interior a pagar a factura da crise;

que o facto de vários médicos da rede de cuidados de saúde do concelho terem feito o pedido de aposentação não deverá implicar o encerramento dos actuais postos de saúde;

a Assembleia Municipal do Fundão vem manifestar a sua total oposição e protesto contra a possibilidade do Governo encerrar as extensões de saúde do concelho do Fundão.

Mais determina, que seja dado conhecimento do seu conteúdo às seguintes entidades:

Presidente da República

Primeiro-Ministro

Ministra da Saúde

Presidente da Assembleia da República

Grupos Parlamentares na Assembleia da República

Governadora Civil do Distrito de Castelo Branco

Administração Regional de Saúde do Centro

Conselho de Administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira

Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira

Fundão, 29 de Junho de 2010

Paulo José Fais e Manuel A. S.
F. Delgado
Sebastião Fais

Assembleia Municipal do Fundão

Presente à A.M. Municipal
de 28/06/2010
ABSTENÇÃO
Favor - 48
ANEXO 3

MOÇÃO CONTRA A INTRODUÇÃO DE PORTAGENS NA SCUT DA A23

Considerando que:

A criação, pelo Governo do Partido Socialista, das auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT) e a sua implementação tiveram por finalidade a correcção de assimetrias entre regiões e concelhos com diferentes níveis de desenvolvimento;

Aquando da invenção do sistema das SCUT a factura da sua utilização seria para pagar mais tarde;

Apesar do erro da criação das SCTU a região cumpre as condições previstas para a sua manutenção, designadamente por:

- Apresentar indicadores de desenvolvimento inferiores à média nacional;
- Não possuir alternativas de oferta no sistema rodoviário actual;

A implementação de portagens nas SCUT agravará a crise económica e social que comprovadamente afecta a região, tendo em conta as repercussões que terá nas micro, pequenas e médias empresas e no tecido social que lhe está associado;

O concelho do Fundão será gravemente afectado pela introdução de portagens naquela que é a sua principal via de comunicação rodoviária com os concelhos vizinhos e outras regiões;

Que os princípios do utilizador-pagador e da universalidade são princípios justos e justificados na utilização de serviços e bens como as auto-estradas



Assembleia Municipal do Fundão

SCUT, desde que seja salvaguardada a coesão territorial e sempre que se verifiquem vias alternativas de circulação;

A Assembleia Municipal do Fundão delibera opor-se totalmente à implementação de portagens na SCUT da A23 considerando que essa medida a ser aprovada porá não só em causa a coesão nacional como lesará gravemente as populações das regiões do Interior, particularmente as do concelho do Fundão.

Mais delibera dar conhecimento do teor desta moção:

Ao Senhor Presidente da República

Ao Senhor Primeiro-Ministro

Ao Senhor Ministro das Obras Públicas

Presidente da Assembleia da República

Aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República

À Senhora Governadora Civil do Distrito de Castelo Branco

Fundão, 29 de Junho de 2010

Paulo José Faria da Silva
F. R. C. B.
Adm. J. C. B.

Enquanto autarca de freguesia venho demonstrar a minha preocupação e total oposição relativa a uma ESTRATÉGIA e MEDIDAS que mais não visam do que destruir as nossas aldeias e o interior do nosso país.

Falo do encerramento de escolas, extensões de saúde e pressequente destruição de postos de trabalho, sejam eles de ordem publica ou de natureza privada

A pretensão de encerramento de escolas com menos de 21 alunos não é mais do que uma medida cega que não só irá **lançar automaticamente no desemprego milhares de professores e auxiliares**, como fazer disparar de uma forma exponencial os custos com a educação, **não garantindo contudo, melhorias no ensino, fazendo inclusive regredi-lo obrigando crianças de 5 e 6 anos a viagens diárias de dezenas de quilómetros sem que isso de forma alguma represente melhorias de qualquer espécie na qualidade do ensino ou da aprendizagem.**

A necessidade de encerrar extensões de saúde, com o argumento da passagem à reforma dos profissionais de saúde **não é mais do que um reflexo de uma politica desgovernativa**, uma politica que não dialoga, mas sim impõe, não toma decisões articuladas com as comunidades e estruturas locais, mas sim toma decisões fechadas em gabinetes assentes em critérios numéricos e estatísticos, desconhecendo totalmente a realidade do próprio país e regiões, uma politica feita com base em congelamento de progressões, uma politica sem incentivos a quem realmente honra as tarefas que desenvolve

~~Esta necessidade~~ de encerramento não é mais do que um reflexo de uma governação falhada e que acenta a sua decisão não no dialogo, mas sim na imposição de quem o pode fazer, levando a que milhares de funcionários públicos prefiram a passagem a reforma do que se sujeitar a desrespeitos diários, pondo em causa o seu brilho profissional e mesmo a sua honra pessoal.

Não contentes com a promoção do desemprego no sector publico, abandonam-se os incentivos à promoção do emprego privado e a defesa dos postos de trabalho existentes. Veja-se o caso da PROUDMOMENTS, o nosso governo já colocou de parte a possibilidade de viabilizar a empresa, o nosso governo já deu o caso como encerrado.

Meus Caros

Começam-nos a faltar os argumentos e as formas de conseguirmos o desiderato de mantermos as nossas aldeias vivas, estamos a ser alvo de uma estratégia continuada de encerramento colectivo das nossas estruturas básicas de sustentabilidade, EDUCAÇÃO, SAÚDE e EMPREGO/ACTIVIDADE ECONOMICA.



Todos os argumentos economicistas caem por terra quando analisados de uma forma coerente e pertinente **demonstrando apenas uma só verdade**, este governo e este primeiro-ministro já não governam, apenas têm uma visão cega de destruir todo um interior do qual muito em breve só haverá registos nos livros de história que existam nas prateleiras das escolas situadas no litoral e nos grandes centros urbanos, porque do INTERIOR APENAS HAVERÁ REGISTOS DA SUA EXISTENCIA, interior extinto por este PRIMEIRO-MINISTRO, por ESTE GOVERNO e por estes GOVERNANTES.

Como alguém um disse referiu, no dia em que nas nossas aldeias se deixar de ouvir o som da campainha da escola é sinal que a escola MORREU, é sinal que a nossa ALDEIA MORREU!!

Enquanto autarca de freguesia irei com todas as minhas forças lutar para que esta morte não se materialize,

Apelo a todos que com os nossos meios e recursos, envolvendo as nossas comunidades, unindo forças para evitar este triste e lamentável final. NUNCA O PERMITIREMOS !!



No dealbar de um tempo que queremos acreditar que se venha a caracterizar pela retoma de conceitos sem os quais o desenvolvimento, o progresso e a solidariedade não têm lugar, quero propor a esta Câmara que queira tomar a iniciativa de prestar a devida homenagem à dimensão humana e técnica do médico Dr. António Lourenço Marques, dimensão sem a qual não teria sido possível a criação, no Hospital da Cova da Beira, no Fundão, da pioneira Unidade da Dor. Hospital que, segundo notícias que nos chegam, atravessa tempos de incerteza.

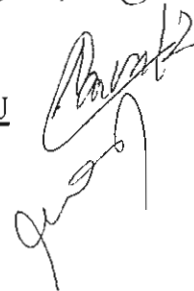
O saber e a dedicação do Dr. António Lourenço Marques estão na memória de toda uma população que, há muito, guarda no seu profundo reconhecimento o que tem sido a inquestionável solidariedade deste médico, cuja determinação na defesa dos mais desvalidos é um exemplo do que pode ser a grandeza humana.

Médico que exerce em regime de exclusividade, o Dr. António Lourenço Marques, como é seu timbre, coloca em primeiro lugar o bem comum e, nunca, o seu.

Em nome do CDS, bem como em nome pessoal, proponho a esta Assembleia que sensibilize a Câmara Municipal do Fundão no sentido de tornar possível a Homenagem ao médico cujo nome ficará, sem dúvida, sempre ligado ao Hospital da Cova da Beira no Fundão, na certeza de que será uma homenagem a que toda a população saberá emprestar a sua presença e reconhecimento.

Proposta apresentada por:

Aires Patrício
Deputado Municipal pelo CDS/PP
Assembleia Municipal realizada a 27/06/2010



Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
Ex.mo Sr. Presidente da Câmara
Caros Membros desta A.M.
Srs. Vereadores
Ex.mo Público
Representantes dos órgãos de comunicação

Há 15/20 anos atrás éramos os alunos cumpridores e estávamos no pelotão da frente daquilo que hoje é a União Europeia. Com esta falácia nos embalavam e nos adormeceram. Entretanto escudados e PACs PECs e quejandos, e com o engodo dos fundos comunitários lá se foi destruindo a produção portuguesa. Foi a agricultura, foram as pescas, foi a produção tradicional, sem que, em sua substituição se tenha criado a tal outra economia, a do conhecimento e da informação, se tenha de facto implantado.

Depois veio o Euro. E tudo era uma maravilha de progresso e desenvolvimento. Agora é que íamos, de facto, entrar na Europa. Até, como os grandes, já tínhamos a mesma moeda. Daqui a pouco até os salários iriam ser iguais.

O dinheiro era barato, o consumismo exacerbado era promovido, todos podiam ter aquilo que queriam, precisassem ou não.

Mas a economia real continuava a ser destruída e a convergência real com a Europa era pura e simplesmente uma miragem.

A somar aos endividamentos com a habitação, a que o povo português era obrigado por falta de alternativas e que os bancos aproveitavam para acorrentar casais para uma vida inteira, sucediam-se outros endividamentos.

E a crise, para quem estivesse atento, já se pressentia. A dependência económica de Portugal crescia de dia para dia, com particular destaque para a dependência ao nível da produção de bens alimentares.

Agora ela aí está plenamente instalada. A economia real, presa por arames, não se aguenta. Cresce o encerramento de empresas, particularmente pequenas e médias. Investimentos beduínos levantam tendas e vão procurar outros locais onde a mão-de-obra seja ainda mais barata.

Cresce o desemprego, o desemprego de longa duração é já uma chaga, aumentam as pré-reformas. Vão para a prateleira muitos que, houvessem condições, bem gostariam de continuar a dar o seu contributo social e económico.

E agora o que nos dizem? Que vivemos acima das nossas possibilidades. E se assim é o que fazer? Cortar, cortar, cortar. Cortar particularmente nas despesas públicas.

Não seremos nós que diremos que não há despesas, por vezes sumptuárias, da administração pública que não possam ou devam ser cortadas, bem pelo contrário. Há efectivamente gastos escandalosos que, enquanto contribuintes, consideramos inadmissíveis. Mas cuidado.

É que quando se começa a cortar indiscriminadamente, ou melhor, pela parte mais fraca, sujeitamo-nos a não cortar a gordura em excesso, mas bem pelo contrário a colocar em risco a saúde, ou mesmo a matar, o doente que pretendíamos curar.

De facto, as medidas que nos propõem para sair da crise podem muito bem ser o caminho para uma recessão económica e, portanto para mais crise ainda.

É isto que se passa com as medidas restritivas nomeadamente ao nível do ensino e da saúde e que afectam, de forma mais intensa o interior do País, e de uma forma particular o concelho do Fundão.

Já uma vez disse nesta Assembleia, que a actividade deste governo, no que diz respeito ao interior do País, se parecia mais com a de uma comissão liquidatária. ~~De~~ que está hoje em cima da mesa com o encerramento de escolas e com o encerramento das extensões de saúde.

É claro que ninguém defende que se mantenha aberta uma escola que não tem alunos, mas, por favor, de onde é que foram desencantar o número mágico de 21 alunos.

E o resto? E o que representa uma escola, mesmo que com menos de 20 alunos, para estas comunidades. Será que o investimento aqui no interior, não poderá também ele ser sustentável e reprodutivo.

É claro que esta medida vem na sequência de outras medidas cegas e economicistas. Falou-se, falou-se de desconcentração e de regionalização (cada vez menos parece), mas o que o interior tem visto é a concentração de serviços nos grandes centros e no litoral.

Depois, num círculo vicioso, as actividades económicas e as populações deslocalizam-se e deslocam-se. O interior fica mais despovoado e deprimido. Consequentemente já não são necessárias escolas ou extensões de saúde.

O que é que se pretende? É mesmo encerrar os pequenos centros populacionais e concentrar tudo e todos nos grandes centros. Se assim é digam-no claramente. Mas arquem com as consequências.

Fechem o interior, fechem o concelho do Fundão. Ponham um portão com letreiro "ENCERRADO".

E já agora ponham um portageiro a cobrar passagem a quem entre, saia, ou por cá passe.

Tenho dito.

Fundão, 28 de Junho de 2010



ASSEMBLEIA DO FUNDÃO

Quando morre um homem isso não constitui uma tragédia para a humanidade. Se o não conhecemos rapidamente a notícia passa ao esquecimento.

Se ele atingiu a idade de 87 anos podemos até dizer que é natural, o corpo estava cansado, talvez doente ...

A notícia da morte de José Saramago, apesar do que foi dito atrás, não deixou ninguém indiferente. Quiseram-lhe bem uns, maldisseram-no outros, mas a todos desassossebou.

No Fundão vem de longe a sua companhia. Tivemos o privilégio de ter havido quem acolhesse as suas crónicas nas páginas do Jornal do Fundão no começo dos anos setenta. Muitos de nós reconhecemos o contador de estórias da nossa juventude nos livros magníficos que depois escreveu. O reconhecimento mundial como escritor enche-nos de orgulho.

Dizem os que com ele privaram que era um homem afável e generoso. Também as suas intervenções públicas na defesa de causas nobres, os seus livros que descrevem inquietações e lutas de gente como nós, só podem ter nascido da dedicação e integridade de um Homem que combatia pela paz e pela justiça. Foi um homem empenhado na transformação do mundo.

Pelo empenho que colocou nas suas palavras, pela tenacidade dos seus combates, pela persistência do seu labor e pelo amor sem limites que dedicou ao povo e ao nosso país, atrevo-me a pedir para ele as palmas que celebrem a sua grandeza mas que sejam também um afago de alma que todos lhe estaremos retribuindo.

Moção

Presente à A. Municipal
a 28/06/2010
1 - Assinada
18 - favor
[Signature]

a proposta
Considerando que ~~o entendimento entre o Estado e a A23~~ para a introdução de portagens nas auto-estradas sem custos para os utilizadores (SCUT), inclui a A23.

Considerando que a A23 é uma auto-estrada sem alternativas rodoviárias na maior parte da sua extensão, desde Torres Novas à Guarda, em que as estradas nacionais, nomeadamente a EN 18, não são uma alternativa.

Considerando que a aplicação de portagens na A23 não só penalizaria a população, mas criariam mais dificuldades para o já debilitado aparelho produtivo e às actividades económicas na Beira Interior, designadamente no Distrito de Castelo Branco.

Considerando que, no distrito de Castelo Branco, são muitos os habitantes que necessitam de se deslocar diariamente, seja para trabalhar em concelhos diferentes da sua residência, ou para ter acesso a diferentes serviços, nomeadamente os públicos, e que muitas empresas são utilizadoras da auto-estrada por força do seu negócio, portajar a A23 teria consequências negativas para o tecido produtivo, para o crescimento populacional, para o desenvolvimento da actividade económica, criando mais dificuldades nas acessibilidades e mobilidade da população.

A Assembleia Municipal do Fundão, reunida em Sessão Ordinária a 28 de Junho de 2010, na defesa do desenvolvimento sócio - económico local, regional e concelhio, afirma a necessidade de rejeitar e pôr termo à intenção de portajar a A23.

Fundão, 28 de Junho de 2010

Luis Lourenço